

L E I Nº 590/66

Data : 30 de maio de 1966

Súmula: Regula o lançamento e a cobrança de contribuição de melhoria.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sancionado a seguinte

L E I

Artigo 1º - A contribuição de melhoria, autorizada pela Constituição Federal (art. 30, I), salvo lei especial que permita sua exigência em outros casos, será devida e cobrada em todo o território do Município, quando se verificar a valorização de imóveis rurais ou urbanos, resultante de qualquer das seguintes obras ou melhoramentos realizados pela administração Municipal:

- a) abastecimento de água potável;
- b) rede de esgoto sanitário;
- c) saneamento básico.

Artigo 2º - O pagamento da contribuição de melhoria cabe aos proprietários do imóvel beneficiado, ou aos seus sucessores, a qualquer título.

Artigo 3º - A administração Municipal deverá publicar, para a exigência da contribuição de melhoria:

- a) o plano de obras ou melhoramentos e respectivo orçamento estimativo, estabelecendo os limites das zonas a serem beneficiadas direta ou indiretamente;
- b) a relação dos beneficiados e (ou) dos imóveis a serem beneficiados e respectiva contribuição de melhoria.

Artigo 4º - Iniciada a obra ou melhoramento que motivou a contribuição de melhoria, proceder-se-á aos lançamentos, com base no valor do investimento necessário à sua realização.

§ 1º - O contribuinte terá o prazo máximo de 30 dias para requerer a revisão do respectivo lançamento, se não concordar com a valorização fixada.

§ 2º - É assegurado ao contribuinte o direito de promover a avaliação judicial para comprovação da valorização proveniente das obras ou melhoramentos projetados e (ou) em execução, e, ainda já executados.

§ 3º - Fica a administração Municipal autorizada a considerar o valor do imóvel, assegurado pela avaliação do § 2º, para fins de lançamentos de impostos e taxas de sua alçada.

§ 4º - É assegurado também, à Administração Municipal, o direito de prelação, para adquirir o imóvel, pelo valor que lhe atribuir o contribuinte, acrescido de 10%, se não houver acordo na fixação desse valor, para os efeitos do lançamento da contribuição de melhoria, impostos e taxas; nesse caso, far-se-á a emissão de posse, desde que a administração pública efetue o depósito com a prova da circunstância indicada, no § 2º ou de valor declarado pelo contribuinte.

Artigo 5º - O lançamento total não excederá ao custo da obra ou melhoramento.

Artigo 6º - No custo da obra ou melhoramento serão computadas também as despesas de administração, fiscalização, desapropriações e eventuais financiamentos, inclusive comissões, diferentes do tipo de empréstimo, ou prêmios de reembolso.

Artigo 7º - Poderão ser estabelecidas zonas de diferente valorização quando a obra ou melhoramento beneficiar diferentemente os diversos imóveis.

Artigo 8º - No cálculo de contribuição de melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes do loteamento aprovado ou fisicamente divididos em caráter definitivo.

Artigo 9º - No caso de condomínio, quer de terrenos simplesmente, quer de terrenos edificações a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, os quais serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Artigo 10 - No caso de parcelamento comprovado de imóvel já lançado, poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis em que se subdividir o primitivo.

Artigo 11 - Para as obras e melhoramentos a que se referem às letras A e B do artigo 1º, a contribuição será calculada da seguinte forma:

O custo devido por qualquer beneficiário, por metro de testada do lote, será o resultado da divisão do custo total (parcial, a critério da administração municipal) das obras ou melhoramentos, pelo número de metros da totalidade das testadas dos lotes a serem beneficiados pelo projeto da Obra Pública.

Artigo 12 – A contribuição de melhoria será cobrada:

a) de uma só vez quando inferior à metade($1/2$) do salário mínimo local em dinheiro; em imóveis pelos seus valores após a valorização; e em títulos da dívida pública municipal pelo valor nominal, desde que emitidos especialmente para a execução da obra ou melhoramento que motivou a contribuição.

b) nos demais casos, em prestações mensais, semestrais ou anuais, no prazo de execução da obra, ou até 10 anos, a critério da administração Municipal, com juros de 12% ao ano, observada a fórmula da Tabela Price.

Artigo 13 – Se por quaisquer fatores, for verificado que o lançamento total não cobriu as despesas efetuadas, será lícito à Administração Municipal efetuar, o lançamento da diferença, cuja cobrança se fará na forma do artigo 12.

Parágrafo Único – Para cumprimento do disposto neste artigo, a administração Municipal se obriga a comprovar a exatidão das diferenças verificadas, pelo confronto das importâncias efetivamente cobradas e despendidas nas obras e (ou) melhoramentos realizados.

Artigo 14 – A contribuição de melhoria não incidirá sobre imóveis de valor igual ou inferior a dez (10) vezes o salário mínimo local quando se tratar de imóvel edificado, ou cinco (5) vezes o salário mínimo local quando se tratar de terreno simplesmente.

Parágrafo Único – Para gozar da isenção deste artigo, o proprietário fará prova de que não possui outro imóvel no Município, nem fará prova de que não possui outro imóvel no município, nem individualmente, nem como sócio ou participante de sociedade ou comercial.

Artigo 15 – Esta Lei entrará em vigor para o exercício de 1967 e subseqüentes, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 30 de maio de 1966.

Moacyr Castanho
Prefeito Municipal

Antônio C. Zulmires de Campos
Oficial administrativo